

ADEQUAÇÃO DOS APOIOS EDUCACIONAIS ÀS NECESSIDADES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELAÇÕES COM A PARTICIPAÇÃO ESCOLAR E A QUALIDADE DE VIDA

**ADAPTATION OF EDUCATIONAL SUPPORT TO THE NEEDS OF CHILDREN
WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: RELATIONSHIPS WITH SCHOOL
PARTICIPATION AND QUALITY OF LIFE**

Ciências Humanas • 28/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787895898](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787895898)

Bruna Xavier Fonseca Salomão¹

RESUMO

Este artigo discute as relações entre a adequação dos apoios educacionais, a participação escolar e a qualidade de vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante da heterogeneidade que caracteriza o transtorno, diferentes estudantes podem demandar respostas educacionais distintas, compatíveis com suas necessidades específicas. O objetivo foi analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura nacional e internacional, de que forma a adequação dos apoios educacionais favorece a participação escolar e contribui para a qualidade de vida dessas crianças. Foram examinados documentos normativos e produções científicas sobre educação inclusiva, participação, qualidade de vida e sistemas de apoio. Os resultados apontam que a oferta de apoios compatíveis com as necessidades individuais dos estudantes pode criar condições mais favoráveis à participação escolar, repercutindo positivamente em aspectos relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida. Conclui-se que respostas educacionais orientadas pelas necessidades individuais dos estudantes constituem um caminho relevante para fortalecer experiências escolares mais participativas e promover melhores condições de desenvolvimento e bem-estar para crianças com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Apoios educacionais; Participação escolar; Qualidade de vida.

ABSTRACT

This article discusses the relationships among the adequacy of educational supports, school participation, and quality of life in children with Autism Spectrum Disorder (ASD). Given the heterogeneity that characterizes the disorder, different students may require distinct educational responses that are compatible with their specific needs. The objective was to analyze, through a

narrative review of national and international literature, how the adequacy of educational supports promotes school participation and contributes to the quality of life of these children. Normative documents and scientific publications addressing inclusive education, participation, quality of life, and support systems were examined. The findings indicate that providing supports that are compatible with students' individual needs can create more favorable conditions for school participation, with positive implications for aspects related to well-being and quality of life. It is concluded that educational responses guided by students' individual needs represent a relevant pathway for strengthening more participatory school experiences and promoting better conditions for the development and well-being of children with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Educational supports; School participation; Quality of life.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) corresponde a uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação e na interação social, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022). Embora compartilhem características diagnósticas comuns, as pessoas com TEA apresentam ampla variabilidade quanto às habilidades cognitivas, linguísticas, comportamentais, adaptativas e sociais, bem como quanto às necessidades de apoio ao longo do desenvolvimento (LORD et al., 2020). Essa heterogeneidade reforça a necessidade de práticas educacionais e de intervenções capazes de responder às necessidades específicas de cada estudante,

considerando suas características individuais e os diferentes contextos em que se desenvolve.

Nas últimas décadas, a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência impulsionou mudanças significativas nas políticas públicas voltadas à educação. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou princípios relacionados à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial nos sistemas de ensino (BRASIL, 2008). Mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e estabeleceu diretrizes para a organização dos serviços e apoios destinados aos estudantes, considerando a identificação de suas necessidades específicas (BRASIL, 2025a). Posteriormente, o Decreto nº 12.773/2025 alterou dispositivos do Decreto nº 12.686/2025, mantendo a educação especial preferencialmente na rede regular de ensino e prevendo apoio às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação em educação especial. Dessa forma, a normativa reconhece a possibilidade de articulação com serviços e instituições especializadas, de acordo com a organização dos sistemas de ensino e as necessidades dos estudantes.

Paralelamente aos avanços normativos, a discussão científica sobre inclusão educacional tem ampliado a compreensão acerca das condições necessárias para que a escolarização produza experiências significativas para os estudantes com deficiência. A inclusão não pode ser compreendida exclusivamente como presença física em determinado espaço educacional. Goodall (2020), ao investigar as concepções de inclusão de jovens autistas, identificou que os participantes associavam a inclusão a

experiências de pertencimento, valorização, justiça e acesso aos apoios necessários para participar e desenvolver-se. Os resultados também indicaram que a inclusão não era compreendida pelos participantes como necessariamente vinculada à frequência em uma escola regular, destacando a importância de considerar as necessidades individuais e as condições efetivamente oferecidas pelos diferentes contextos educacionais.

Nesse cenário, a participação escolar constitui uma dimensão relevante para a compreensão dos processos de inclusão. De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a participação corresponde ao envolvimento do indivíduo em situações de vida e resulta da interação entre suas características e os fatores ambientais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). No contexto educacional, esse conceito ultrapassa a frequência ou a permanência do estudante em determinado espaço e envolve seu envolvimento nas atividades acadêmicas, sociais e relacionais que compõem a experiência escolar. Assim, a participação permite considerar não apenas o acesso ao ambiente educacional, mas também as oportunidades concretas de aprendizagem, interação, comunicação, desenvolvimento e pertencimento.

Outro aspecto relevante para a compreensão das experiências de estudantes com TEA é a qualidade de vida. No campo da deficiência, esse conceito possibilita ampliar a análise dos resultados educacionais e das intervenções para além de indicadores exclusivamente acadêmicos ou funcionais. Elias e Assumpção Jr. (2006), ao investigarem a qualidade de vida de crianças autistas, destacaram a importância de considerar a percepção da própria criança na avaliação desse construto. Seus resultados demonstram

que a presença de dificuldades no funcionamento adaptativo não permite, isoladamente, inferir a qualidade de vida experimentada pela criança. Essa perspectiva reforça a necessidade de considerar as experiências, relações, oportunidades e condições ambientais nas análises relacionadas ao bem-estar de crianças com TEA.

A compreensão da qualidade de vida também se articula à perspectiva da funcionalidade proposta pela Organização Mundial da Saúde (2015), segundo a qual as experiências das pessoas resultam da interação entre condições de saúde, características individuais e fatores ambientais. Nesse sentido, as condições oferecidas pelos contextos em que a criança participa podem ampliar ou restringir suas possibilidades de desenvolvimento, participação e autonomia.

Nesse contexto, a adequação dos apoios educacionais pode constituir elemento importante para a compreensão das experiências escolares de crianças com TEA. Apoios adequadamente planejados devem considerar as necessidades individuais, reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de participação. Entretanto, a definição desses apoios não precisa estar vinculada previamente a um único ambiente ou modalidade educacional, uma vez que diferentes estudantes podem demandar diferentes combinações de recursos, estratégias, serviços e contextos de atendimento.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura nacional e internacional, as relações entre adequação dos apoios educacionais, participação escolar e qualidade de vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Parte-se da compreensão de que a efetividade dos apoios está relacionada à sua capacidade de responder às necessidades

individuais dos estudantes e de favorecer experiências significativas de participação, aprendizagem, desenvolvimento e bem-estar, considerando os diferentes contextos educacionais e as formas de atendimento necessárias a cada criança.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Adequação dos Apoios Educacionais Às Necessidades de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

As transformações ocorridas nas concepções sobre deficiência e desenvolvimento humano têm contribuído para uma compreensão mais ampla da influência dos contextos sobre a aprendizagem, a participação e a qualidade de vida. Nessa perspectiva, as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência não são compreendidas exclusivamente a partir de características individuais, mas também em relação às condições ambientais e às barreiras presentes nos diferentes contextos de vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Esse entendimento contribui para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais orientadas à identificação das necessidades individuais e à organização de apoios capazes de favorecer o desenvolvimento e a participação dos estudantes.

No caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a necessidade de uma abordagem orientada às necessidades de apoio torna-se especialmente relevante diante da heterogeneidade que caracteriza essa condição. Pessoas com TEA podem apresentar diferentes perfis relacionados à comunicação, à interação social, à autonomia, ao comportamento adaptativo e ao processamento sensorial, além de

diferentes níveis de necessidade de apoio (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023; LORD et al., 2020).

Os apoios educacionais podem ser compreendidos como recursos, estratégias, serviços e adaptações organizados para responder às necessidades específicas dos estudantes e reduzir barreiras à aprendizagem e à participação. Podem envolver adaptações pedagógicas, recursos de comunicação, tecnologias assistivas, modificações ambientais, mediação pedagógica e articulação entre diferentes profissionais e serviços. Sua finalidade não consiste apenas em promover a adaptação do estudante às condições existentes, mas também em organizar os contextos de modo a ampliar suas possibilidades de participação e desenvolvimento.

A efetividade dos apoios, entretanto, não depende somente da sua disponibilidade. É necessário considerar sua pertinência em relação às necessidades e características de cada estudante. Booth e Ainscow (2011) destacam a importância de identificar e reduzir barreiras à aprendizagem e à participação, compreendendo a inclusão como um processo relacionado à transformação das culturas, políticas e práticas educacionais. Nessa perspectiva, a oferta de um recurso ou serviço não garante, por si só, uma experiência educacional inclusiva quando esse apoio não corresponde às necessidades concretas do estudante.

Essa questão assume especial importância no caso de estudantes com TEA, uma vez que diferentes crianças podem necessitar de diferentes formas e intensidades de apoio. Lord et al. (2020) ressaltam a ampla heterogeneidade presente no espectro autista, indicando a necessidade de considerar as características individuais e as diferentes trajetórias de desenvolvimento. Assim, respostas

padronizadas podem não ser suficientes para atender às necessidades específicas de todos os estudantes.

A discussão sobre inclusão também requer atenção ao contexto em que os apoios são disponibilizados. Goodall (2020), ao investigar as concepções de inclusão de jovens autistas, identificou que a inclusão não era compreendida pelos participantes simplesmente como presença em uma escola regular. Os participantes associaram a inclusão a experiências de pertencimento, valorização, justiça e acesso aos apoios necessários para participar e desenvolver-se na educação. O estudo também indica que a escola regular não se mostrou adequada para todos os jovens participantes e que experiências de inclusão poderiam ocorrer em diferentes contextos educacionais.

No contexto brasileiro, a organização individualizada dos apoios também está relacionada às políticas de educação especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece princípios voltados à garantia do acesso, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008). Mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e estabeleceu diretrizes para a organização dos serviços e apoios educacionais, considerando a identificação das necessidades específicas dos estudantes (BRASIL, 2025a). O Decreto nº 12.773/2025 posteriormente alterou dispositivos do Decreto nº 12.686/2025 e também deve ser considerado na leitura do marco normativo vigente (BRASIL, 2025b).

Nesse sentido, a definição dos apoios deve estar relacionada à avaliação individualizada das necessidades do estudante e à análise

das condições concretas em que ocorre sua escolarização. Isso significa que a adequação dos apoios não pode ser determinada apenas pela existência de determinado recurso ou pela modalidade de atendimento, mas pela capacidade de esses elementos responderem às necessidades apresentadas pelo estudante.

Neste estudo, portanto, a adequação dos apoios educacionais é compreendida como a correspondência entre as necessidades individuais do estudante e os recursos, estratégias e serviços disponibilizados pelos contextos educacionais. Essa compreensão desloca a análise da quantidade de apoios oferecidos para sua pertinência e funcionalidade.

Dessa forma, diferentes contextos educacionais podem apresentar potencial para favorecer o desenvolvimento e a participação quando oferecem condições compatíveis com as necessidades individuais do estudante. O elemento central não é estabelecer previamente um único espaço como adequado para todos, mas identificar quais apoios e condições possibilitam melhores oportunidades de aprendizagem, participação, autonomia e desenvolvimento.

2.2. Participação Escolar de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

A participação escolar ocupa posição relevante nas discussões contemporâneas sobre inclusão educacional, desenvolvimento humano e funcionalidade. Diferentemente de perspectivas centradas exclusivamente no acesso, na matrícula ou na permanência nos sistemas de ensino, o conceito de participação direciona a atenção para o envolvimento efetivo das pessoas nas atividades e experiências que compõem sua vida cotidiana.

Na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a participação corresponde ao envolvimento do indivíduo em situações de vida e deve ser compreendida em interação com fatores pessoais e ambientais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). No contexto educacional, essa concepção ultrapassa a presença física do estudante e envolve oportunidades de aprendizagem, interação, comunicação, expressão de preferências, estabelecimento de vínculos e desenvolvimento da autonomia.

Para estudantes com TEA, as possibilidades de participação podem ser influenciadas tanto por características individuais quanto pelas condições oferecidas pelos contextos educacionais. Diferenças relacionadas à comunicação, às demandas sensoriais, à organização das atividades, às relações sociais e às formas de aprendizagem podem interferir no envolvimento do estudante. Por essa razão, a organização dos apoios deve considerar as características e necessidades específicas de cada criança (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2023; LORD et al., 2020).

A participação também está relacionada à existência ou não de barreiras no ambiente. Booth e Ainscow (2011) destacam que a inclusão envolve a identificação e a redução de barreiras à aprendizagem e à participação. Essa compreensão permite deslocar a atenção de uma perspectiva centrada exclusivamente nas limitações do estudante para uma análise das condições oferecidas pelo contexto educacional.

No caso de estudantes com TEA, essa mudança de perspectiva é especialmente importante. Uma mesma atividade ou organização escolar pode representar diferentes níveis de dificuldade para

estudantes com perfis distintos. Consequentemente, um apoio que favorece a participação de uma criança pode não produzir o mesmo efeito para outra. A adequação dos apoios requer, portanto, observação e avaliação individualizadas.

A contribuição de Goodall (2020) também é relevante nesse sentido. Ao analisar as experiências de jovens autistas, o autor identificou que os participantes não associavam inclusão simplesmente à frequência em uma escola regular. A inclusão foi relacionada a sentimentos de pertencimento, valorização, justiça e disponibilidade dos apoios necessários para que pudessem participar e desenvolver-se.

Essa compreensão amplia o conceito de participação escolar. Estar matriculado e frequentar determinado espaço educacional constitui condição importante de acesso, mas não é suficiente para assegurar participação efetiva. É necessário considerar se o estudante encontra condições para envolver-se nas atividades, estabelecer relações, comunicar-se, expressar suas preferências e desenvolver suas potencialidades.

No caso de crianças com TEA, a participação pode ser favorecida por diferentes formas de apoio, desde que essas estratégias sejam definidas a partir das necessidades identificadas. Recursos de comunicação, adaptações pedagógicas, organização do ambiente, flexibilização das atividades e mediação das interações podem ser utilizados quando se mostrarem pertinentes às características do estudante.

Assim, a participação escolar não deve ser compreendida como uma consequência automática da matrícula em determinada

modalidade de ensino. Ela resulta da interação entre as características do estudante e as condições oferecidas pelo ambiente. Por isso, a análise da participação constitui importante indicador para compreender se os apoios disponibilizados estão efetivamente contribuindo para a experiência educacional.

A participação pode, ainda, ser compreendida como uma dimensão relacionada ao desenvolvimento humano. Ao ampliar as oportunidades de envolvimento em atividades acadêmicas, sociais e relacionais, os contextos educacionais podem favorecer aprendizagens, vínculos, autonomia e experiências de pertencimento.

Dessa forma, a participação escolar pode ser compreendida simultaneamente como uma dimensão da inclusão e como um possível resultado da adequação dos apoios. Quando os contextos educacionais oferecem condições compatíveis com as necessidades individuais, ampliam-se as possibilidades de envolvimento dos estudantes nas experiências que constituem sua trajetória educacional.

2.3. Qualidade de Vida no Transtorno do Espectro Autista

A qualidade de vida constitui uma dimensão importante para a compreensão do desenvolvimento, do bem-estar e das experiências vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Sua análise amplia a compreensão dos resultados das intervenções e dos serviços para além de indicadores exclusivamente clínicos ou acadêmicos, considerando também a percepção da própria pessoa sobre sua vida e suas experiências.

No contexto do TEA, a discussão sobre qualidade de vida é especialmente relevante porque as características do espectro podem apresentar diferentes manifestações e produzir diferentes necessidades ao longo do desenvolvimento (LORD et al., 2020). Dessa forma, a análise da qualidade de vida precisa considerar não apenas as dificuldades funcionais apresentadas pela criança, mas também suas experiências, oportunidades, relações e condições de participação.

Elias e Assumpção Jr. (2006) investigaram a qualidade de vida de crianças autistas entre 4 e 12 anos e encontraram resultados que chamam atenção para a necessidade de considerar a percepção da própria criança na avaliação de sua qualidade de vida. Os autores observaram que, embora as crianças autistas apresentassem desempenho adaptativo inferior ao grupo de comparação, os índices gerais de qualidade de vida avaliados pela escala utilizada foram semelhantes entre os grupos.

Esse achado é particularmente importante para a presente discussão porque demonstra que qualidade de vida não pode ser inferida exclusivamente a partir do nível de desempenho funcional ou da presença de dificuldades relacionadas ao TEA. A avaliação da qualidade de vida requer atenção às experiências e percepções da própria pessoa, respeitando suas características e formas de expressão.

A perspectiva da Organização Mundial da Saúde (2015), ao considerar a interação entre condições de saúde, características individuais e fatores ambientais, também contribui para compreender a qualidade de vida de maneira contextualizada. As

oportunidades disponíveis no ambiente podem ampliar ou restringir as possibilidades de participação e desenvolvimento.

No campo educacional, essa discussão assume importância porque as experiências vivenciadas pela criança em seus diferentes contextos de aprendizagem podem influenciar seu desenvolvimento, suas relações sociais, sua autonomia e seu sentimento de pertencimento. Entretanto, não se deve estabelecer uma relação automática entre determinada modalidade de escolarização e melhor qualidade de vida.

A qualidade da experiência educacional depende, entre outros fatores, da possibilidade de o estudante receber apoios compatíveis com suas necessidades e de participar das atividades de maneira significativa. Assim, uma análise centrada na qualidade de vida deve considerar as condições concretas oferecidas à criança.

Essa perspectiva é coerente com a discussão apresentada por Goodall (2020), segundo a qual os jovens autistas participantes de seu estudo associaram inclusão a pertencimento, valorização e acesso ao apoio necessário para participar e desenvolver-se, e não simplesmente à frequência em uma escola regular.

Dessa maneira, diferentes contextos educacionais podem apresentar condições favoráveis ao desenvolvimento e à qualidade de vida, desde que sejam capazes de responder às necessidades individuais do estudante. Para algumas crianças, a escola regular poderá oferecer os apoios necessários; para outras, determinadas condições educacionais especializadas ou combinações de serviços e apoios poderão ser consideradas mais adequadas a partir de avaliação individualizada.

O elemento central, portanto, não é estabelecer uma hierarquia entre modalidades educacionais, mas analisar em que medida os apoios disponibilizados contribuem para a participação, o desenvolvimento, a autonomia, as relações interpessoais e o bem-estar da criança.

A relação entre qualidade de vida e adequação dos apoios também reforça a importância de uma perspectiva educacional centrada na pessoa. Quando os apoios são definidos a partir das necessidades concretas do estudante, ampliam-se as possibilidades de participação e de desenvolvimento de experiências educacionais significativas.

Assim, a qualidade de vida pode ser compreendida como uma dimensão relevante para a avaliação dos efeitos dos apoios educacionais oferecidos a estudantes com TEA. Sua consideração permite ultrapassar uma perspectiva exclusivamente centrada no desempenho acadêmico e incorporar aspectos relacionados à participação, autonomia, relações sociais, bem-estar e experiência subjetiva da criança.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. Esse tipo de revisão possibilita reunir e discutir diferentes contribuições sobre determinado tema, permitindo a articulação entre conceitos, perspectivas teóricas e resultados de estudos relacionados ao objeto investigado.

A busca bibliográfica foi realizada entre junho e agosto de 2026, nas bases Google Acadêmico e SciELO. Foram utilizados como termos

de busca: “Transtorno do Espectro Autista”, “educação inclusiva”, “apoios educacionais”, “participação escolar” e “qualidade de vida”, bem como combinações entre esses termos, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Foram consideradas publicações científicas em português ou inglês que apresentassem relação direta com o tema investigado e abordassem aspectos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, às necessidades de apoio, à educação inclusiva, à participação escolar ou à qualidade de vida. Também foram consultados livros e documentos oficiais considerados relevantes para a fundamentação teórica e normativa do estudo.

A seleção do material ocorreu inicialmente pela leitura dos títulos e resumos. As publicações consideradas pertinentes foram posteriormente examinadas na íntegra, buscando verificar sua relação com os objetivos da pesquisa e sua contribuição para a discussão proposta. Não foi estabelecido um período de publicação previamente delimitado, uma vez que foram consideradas tanto referências teóricas relevantes para a compreensão dos conceitos utilizados quanto produções mais recentes relacionadas às discussões contemporâneas sobre TEA, educação inclusiva e políticas educacionais.

Foram excluídos materiais que não apresentassem relação direta com o tema central da pesquisa, publicações sem fundamentação científica suficiente para os objetivos do estudo e documentos que não contribuíssem para a discussão proposta. Em relação aos documentos normativos, foram consideradas as normas pertinentes ao período de realização da pesquisa e suas respectivas atualizações.

Após a seleção, o material foi analisado qualitativamente, considerando três eixos principais: adequação dos apoios educacionais às necessidades individuais de estudantes com TEA; participação escolar; e qualidade de vida. A análise buscou identificar aproximações e diferenças entre as contribuições encontradas, relacionando-as aos referenciais teóricos e aos documentos normativos utilizados na pesquisa.

Entre os documentos utilizados na fundamentação do estudo estão a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015) e a legislação brasileira vigente relacionada à educação especial inclusiva, incluindo o Decreto nº 12.686/2025 e suas atualizações (BRASIL, 2025a; BRASIL, 2025b).

A análise não teve como finalidade realizar um levantamento exaustivo ou uma síntese estatística da produção científica existente. Por se tratar de uma revisão narrativa, buscou-se reunir contribuições consideradas pertinentes ao problema de pesquisa e construir uma discussão articulada sobre a relação entre os apoios educacionais, a participação escolar e a qualidade de vida de crianças com TEA.

A partir da literatura analisada, foi organizada uma compreensão conceitual segundo a qual a adequação dos apoios pode favorecer condições mais propícias à participação escolar e ao desenvolvimento, com possíveis repercussões sobre diferentes dimensões da qualidade de vida. Essa relação é utilizada como eixo orientador da discussão, sem pressupor uma relação causal direta entre os elementos analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura selecionada indica que a adequação dos apoios educacionais constitui um aspecto importante para a participação escolar e para as experiências de desenvolvimento e bem-estar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As publicações analisadas apontam que a efetividade das respostas educacionais não pode ser avaliada somente pela modalidade de escolarização ou pela quantidade de recursos disponibilizados. É necessário considerar a correspondência entre os apoios oferecidos e as necessidades individuais de cada estudante.

4.1. Adequação dos Apoios Educacionais e Participação Escolar

A heterogeneidade do TEA constitui um dos principais aspectos a serem considerados na organização das práticas educacionais. Lord et al. (2020) destacam a diversidade existente entre as pessoas autistas quanto às características clínicas, cognitivas, comunicativas, sociais e adaptativas. Essa diversidade repercute nas necessidades de apoio apresentadas ao longo do desenvolvimento e reforça a importância de respostas educacionais individualizadas.

Nesse contexto, a adequação dos apoios educacionais pode favorecer condições mais propícias à participação escolar. Os apoios podem assumir diferentes formas, de acordo com as necessidades identificadas, incluindo adaptações pedagógicas, recursos de comunicação, mediação, tecnologias assistivas, espaços, organização do ambiente e estratégias voltadas ao desenvolvimento da autonomia. O aspecto central não está na presença de um recurso específico, mas na sua pertinência diante das necessidades e possibilidades do estudante.

Essa compreensão está relacionada à perspectiva de Booth e Ainscow (2011), segundo a qual a inclusão envolve a identificação e a redução de barreiras à aprendizagem e à participação. Dessa forma, as dificuldades vivenciadas pelo estudante não devem ser analisadas exclusivamente a partir de suas características individuais, mas também em relação às condições oferecidas pelo ambiente educacional.

A discussão sobre inclusão também não deve ser reduzida à presença física do estudante em determinado espaço. Goodall (2020), ao investigar as concepções de inclusão de jovens autistas, identificou que os participantes relacionavam a inclusão a experiências de pertencimento, valorização, justiça e acesso aos apoios necessários para participar e desenvolver-se. O estudo também mostrou que a inclusão não era compreendida pelos participantes como necessariamente vinculada à frequência em uma escola regular.

Esse aspecto contribui para ampliar a compreensão sobre a adequação dos apoios. A questão central não consiste em estabelecer previamente qual modalidade educacional é mais adequada para todos os estudantes com TEA, mas em verificar se o contexto em que o estudante se encontra oferece as condições necessárias para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, diferentes contextos educacionais podem apresentar condições favoráveis quando dispõem de recursos, estratégias e serviços compatíveis com as necessidades individuais. Para alguns estudantes, esses apoios poderão ser organizados no ensino regular; para outros, determinadas formas de atendimento educacional

especializado ou contextos educacionais especializados poderão ser necessárias. A análise deve considerar, portanto, as características e necessidades de cada criança.

Nesse sentido, a adequação dos apoios pode ser compreendida como um elemento importante para a construção de ambientes educacionais responsivos. Mais do que avaliar apenas onde o estudante está matriculado, é necessário observar se ele dispõe de condições efetivas para participar das atividades, estabelecer relações, comunicar-se, aprender e desenvolver autonomia.

4.2. Participação Escolar e Qualidade de Vida

A participação escolar constitui uma dimensão importante para a compreensão das experiências educacionais de crianças com TEA. De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a participação corresponde ao envolvimento do indivíduo em situações de vida e deve ser compreendida em interação com fatores pessoais e ambientais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

No contexto educacional, participar não significa apenas frequentar ou permanecer em determinado espaço. A participação envolve o envolvimento nas atividades propostas, as possibilidades de interação com outras pessoas, a comunicação, a expressão de preferências, a construção de vínculos e o desenvolvimento de autonomia.

Essa perspectiva é particularmente importante para estudantes com TEA, considerando que as características individuais podem influenciar diferentes formas de participação. Ao mesmo tempo, as

condições oferecidas pelo ambiente podem facilitar ou dificultar o envolvimento do estudante nas experiências educacionais.

A análise da literatura sugere que a participação escolar está relacionada às oportunidades concretas oferecidas à criança. Quando o ambiente dispõe de apoios compatíveis com suas necessidades, podem ser ampliadas as possibilidades de envolvimento nas atividades acadêmicas e sociais, bem como de estabelecimento de relações e desenvolvimento de autonomia.

A relação entre participação e qualidade de vida, entretanto, deve ser compreendida com cautela. A qualidade de vida não pode ser determinada exclusivamente pelo desempenho escolar ou pelo nível de participação apresentado pela criança. Elias e Assumpção Jr. (2006), ao estudarem a qualidade de vida de crianças autistas, demonstraram a importância de considerar a percepção da própria criança, evidenciando que dificuldades no funcionamento adaptativo não permitem, isoladamente, concluir como a criança avalia sua qualidade de vida.

Esse aspecto reforça a necessidade de uma compreensão mais ampla do conceito. A qualidade de vida envolve experiências relacionadas ao bem-estar, às relações, à autonomia, às oportunidades e às condições de vida. No caso de crianças com TEA, essas dimensões podem ser influenciadas pelas características individuais e pelas oportunidades oferecidas pelos diferentes contextos em que participam.

A escola constitui um desses contextos. As experiências vivenciadas nesse ambiente podem contribuir para a construção de vínculos, para o desenvolvimento de habilidades, para a autonomia e para o

sentimento de pertencimento. Entretanto, não é possível afirmar, a partir da literatura analisada, que determinada modalidade educacional produza, por si só, melhor qualidade de vida.

O que se evidencia é a importância das condições concretas oferecidas ao estudante. Quando os apoios favorecem comunicação, participação, aprendizagem, relações sociais e autonomia, podem contribuir para experiências educacionais mais positivas e, conseqüentemente, para dimensões relacionadas ao bem-estar e à qualidade de vida.

4.3. Relações Entre Apoios Educacionais, Participação e Qualidade de Vida

A articulação das contribuições analisadas permite compreender a existência de uma relação conceitual entre adequação dos apoios educacionais, participação escolar e qualidade de vida. Nessa perspectiva, apoios compatíveis com as necessidades individuais podem ampliar as oportunidades de participação, enquanto experiências de participação significativas podem favorecer aspectos relacionados ao desenvolvimento, ao pertencimento e ao bem-estar.

Essa relação, contudo, não deve ser interpretada como uma sequência causal comprovada pela presente revisão. Por se tratar de uma revisão narrativa, o estudo permite reunir e discutir contribuições da literatura, mas não estabelecer uma relação causal entre os elementos analisados.

A partir dessa compreensão, pode-se representar o argumento central do artigo da seguinte forma: necessidades individuais → adequação dos apoios → ampliação das oportunidades de

participação → possíveis repercussões sobre desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida.

Nesse processo, a adequação dos apoios ocupa posição central. A literatura analisada indica que a heterogeneidade do TEA exige respostas diferenciadas e que a organização dos apoios deve considerar as características, necessidades e potencialidades de cada estudante (LORD et al., 2020).

Goodall (2020) contribui para essa discussão ao demonstrar que a inclusão, na perspectiva dos jovens autistas participantes de seu estudo, está relacionada a pertencimento, valorização e acesso aos apoios necessários. Essa compreensão desloca o foco da simples presença em determinado espaço para a qualidade da experiência vivenciada pelo estudante.

Essa perspectiva também permite questionar uma compreensão restrita de inclusão baseada exclusivamente na modalidade de escolarização. A análise da literatura não sustenta a ideia de que um único contexto educacional seja necessariamente adequado para todas as crianças com TEA. As necessidades individuais podem variar significativamente, assim como os apoios necessários para favorecer participação e desenvolvimento.

Dessa forma, diferentes contextos educacionais podem contribuir para experiências positivas quando apresentam condições compatíveis com as necessidades do estudante. O ensino regular pode ser adequado quando dispõe dos apoios necessários; em outras situações, a criança poderá necessitar de serviços especializados ou de diferentes formas de atendimento articuladas à sua trajetória educacional.

O aspecto fundamental, portanto, é a correspondência entre as necessidades do estudante e as condições efetivamente disponibilizadas. Essa correspondência envolve não apenas recursos materiais, mas também estratégias pedagógicas, acessibilidade, comunicação, organização ambiental, mediação e articulação entre profissionais e serviços, conforme as necessidades identificadas.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão teve como objetivo discutir as relações entre a adequação dos apoios educacionais, a participação escolar e a qualidade de vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de contribuições da literatura nacional e internacional. A análise realizada permitiu compreender que a organização dos apoios deve considerar a diversidade de características e necessidades apresentadas pelas crianças com TEA, evitando respostas padronizadas que não correspondam às suas demandas individuais.

A literatura analisada indica que a adequação dos apoios educacionais constitui um aspecto relevante para favorecer a participação escolar. Quando recursos, estratégias e serviços são planejados de acordo com as necessidades do estudante, podem ser ampliadas as oportunidades de envolvimento nas atividades acadêmicas, sociais e relacionais que fazem parte da experiência educacional. Nesse sentido, a participação não deve ser entendida apenas como presença ou permanência em determinado espaço, mas como possibilidade efetiva de envolvimento, aprendizagem, interação e desenvolvimento.

A discussão realizada também permite compreender que a qualidade de vida deve ser considerada de forma ampla, levando em conta as experiências da criança, suas relações, oportunidades de participação, autonomia e condições ambientais. Nesse contexto, os apoios educacionais podem contribuir para a construção de experiências mais favoráveis de aprendizagem, convivência e desenvolvimento, embora não seja possível atribuir exclusivamente à escolarização ou a determinado apoio os resultados relacionados à qualidade de vida.

Outro aspecto relevante identificado nesta revisão diz respeito à necessidade de superar uma compreensão da inclusão baseada exclusivamente na modalidade ou no espaço de escolarização. Os achados discutidos sugerem que diferentes contextos educacionais podem oferecer condições adequadas de participação e desenvolvimento, desde que disponham dos recursos, estratégias e serviços necessários às características de cada estudante. Assim, para algumas crianças, os apoios poderão ser organizados no ensino regular; para outras, poderão ser necessários serviços especializados ou diferentes formas de atendimento, de acordo com suas necessidades e com a avaliação realizada.

A partir da literatura revisada, pode-se sintetizar uma relação conceitual entre os elementos investigados: a adequação dos apoios pode ampliar as oportunidades de participação escolar e, por meio dessas experiências, favorecer aspectos relacionados ao desenvolvimento, ao bem-estar e à qualidade de vida. Essa relação não deve ser interpretada como causalidade estabelecida pela presente pesquisa, mas como uma síntese das relações identificadas na literatura analisada.

Como limitação, destaca-se o caráter narrativo da revisão, que não teve como finalidade realizar uma busca sistemática e exaustiva da produção científica disponível nem uma análise quantitativa dos estudos encontrados. Além disso, a diversidade dos trabalhos e dos referenciais analisados dificulta a comparação direta entre seus resultados. Estudos futuros, especialmente pesquisas empíricas, poderão aprofundar a compreensão das relações entre adequação dos apoios, participação escolar e qualidade de vida em diferentes grupos de estudantes com TEA e em distintos contextos educacionais.

Conclui-se que a adequação dos apoios educacionais constitui um elemento relevante para favorecer experiências de participação, aprendizagem e desenvolvimento de crianças com TEA. A valorização das necessidades individuais e a organização de respostas educacionais compatíveis com essas necessidades podem contribuir para práticas mais responsivas e para a ampliação das oportunidades de participação e bem-estar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LaPEADE, 2012.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da

República, 2025. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 18 ago. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm. Acesso em: 18 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>.
Acesso em: 18 ago. 2026.

ELIAS, Alexsandra V.; ASSUMPÇÃO JUNIOR, Francisco B. Qualidade de vida e autismo. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, São Paulo, v. 64, n. 2-A, p. 295-299, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0004-282X2006000200022>.

GOODALL, Craig. Inclusion is a feeling, not a place: a qualitative study exploring autistic young people's conceptualisations of inclusion. International Journal of Inclusive Education, v. 24, n. 12, p. 1285-1310, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13603116.2018.1523475>.

LORD, Catherine et al. Autism spectrum disorder. Nature Reviews Disease Primers, v. 6, art. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41572-019-0138-4>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: CIF. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

¹ Psicóloga, Faculdade de Tecnologia e Ciências, Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)